

O erudito em tempos de crise política: notas a partir de *O destino do erudito*, de Fichte

The Scholar in Times of Political Crises:
Notes from The Fate of the Scholar,
from Fichte

Ronaldo Tadeu de Souza

RESUMO

O texto apresenta algumas reflexões sobre qual o papel do erudito nas sociedades humanas. De maneira mais específica procura-se verificar o que os eruditos podem fazer em momentos de crise política como a que a sociedade brasileira atravessa por exemplo. A obra chave para este texto é *O destino do erudito* de Fichte, articulada com algumas considerações históricas sobre a universidade e qual o estatuto do erudito na sua evolução.

PALAVRAS-CHAVE

Fichte; Erudito; Crise Política;
Universidade; Humanidade.

ABSTRACT

The text presents some reflections on the role of the scholar in human societies. In a more specific way, we try to verify what scholars can do in times of political crises such as the Brazilian society go through, for example. The key work for this text is Fichte's *The Fate of the Scholar*, articulated with some historical considerations about the university and what the status of the scholar in its evolution.

KEY WORDS

Fichte; Scholar; Political Crises;
University; Humanity.

O que pode realizar um erudito em tempos de crise, e mais especificamente, em tempos de crise política? Como aqueles que se dedicam ao estudo, à pesquisa, ao ensino e à formação da cultura podem contribuir decisivamente nos momentos mais agudos de perturbação social? A erudição no âmbito acadêmico ainda pode significar algo? Este escrito é pensado como um esforço de aproximação em responder a estas indagações. O que se pretende é, a partir do ensaio de Fichte *O destino do erudito* publicado em 2014 pela editora Hedra, refletir sobre a possibilidade de ao mesmo tempo em que o erudito forja sua condição de existência, ele poderá ser também, referência crítica e autônoma no espaço em que atua diante da crise política na qual as sociedades humanas estão inseridas — sobretudo hoje no contexto da sociedade brasileira. Antes de apresentar a forma do escrito e suas partes constitutivas, gostaria de fazer três advertências. Primeiramente, o ensaio que ora estou apresentando não tem como premissa qualquer tipo de diagnóstico acerca da decadência da cultura (da alta cultura...) — tal como entendem escritores e ensaístas como T. S. Eliot, José Ortega y Gasset e Harold Bloom. Ainda que as reflexões propostas dessa perspectiva de se abordar o problema sejam de importância fundamental, não é este o escopo das linhas que se seguirão. A segunda advertência ao leitor é que ao tratar do tema do erudito em tempos de crise política não reivindico aqui a associação entre humanismo (a cultura burguesa no início da era moderna e seus pressupostos) e erudição, que por vezes parece denotar. A terceira advertência que faço observar diz respeito à atividade e ação do intelectual, pois ao tratar do erudito diante das sociedades em crise (a brasileira, sobretudo) não pretendo discorrer sobre o papel dos intelectuais — esta questão ficará mais clara no decorrer do escrito. Ela é um ponto e um problema importante de nosso entendimento sobre o erudito e a política em crise: pois a posição do intelectual na sociedade é distinta da dos eruditos como procuro apresentar aqui. O texto está organizado em quatro momentos: no primeiro apresento uma breve exposição do que é o erudito da perspectiva de Fichte, o material teórico aqui será o penúltimo capítulo da obra referida acima; o segundo momento, tendo como parâmetro a compreensão fichteana de erudito, traça a genealogia desta categoria através do estudo das primeiras universidades surgidas na Europa do medievo; no terceiro momento do texto problematizo a situação do erudito no contexto atual do trabalho acadêmico articulando este (claro que aproximativamente) à crise política por que passa as sociedades humanas, especial a brasileira; e o quarto momento retoma a concepção de Fichte de erudito e propõe a partir daí a leitura de que ele pode ser fundamental em “situações” de crise política — se exercerem sua atividade tal como *O destino do erudito* a compreende.

I

A definição do que é um erudito da perspectiva da filosofia de Fichte está associada indelevelmente à destinação daquele nas sociedades humanas. Percebe-se, assim, que na construção fichteana do que é um erudito não é possível que este tenha uma natureza apartada da vida social. Significa dizer, também, que o erudito possui como característica definidora seu ser; o atrelamento ao desenvolvimento histórico das sociedades humanas — e em especial das sociedades na qual está inserido. Qual a implicação desta proposição na definição do erudito de Fichte? É que se as sociedades possuem desenvolvimentos históricos específicos, isto só se faz factível, na medida em que estas mesmas sociedades conhecem as disposições necessárias para o aprimoramento delas enquanto; de modo a não interromper seu próprio desenvolvimento (Fichte, 2014, p. 66). Com efeito, a disposição fundamental das sociedades com desígnio ao desenvolvimento mais condizente à melhor forma de vida e convivência entre os indivíduos: é a disposição do conhecimento da totalidade dos modos exigidos para a conformação dos lineamentos indispensáveis da sociedade, bem como daqueles modos que conduzem à compreensão de suas feições basilares. Ou seja; é “ciência de todos os [...] impulsos e carecimentos, [...] esse conhecimento integral do homem como um todo [que] baseia-se [a] disposição” (*Ibid.*) essencial para o desenvolvimento da sociedade — e, por conseguinte dos indivíduos. No entanto, o erudito na definição de Fichte, o erudito *par excellence*, não é apenas o possuidor do conhecimento dos impulsos, das disposições elementares dos indivíduos, da cultura e da sociedade na qual está inserido; ele é, também, e pode-se dizer, principalmente, uma espécie de tutor elegante e gentil que demonstra os modos em que os indivíduos, a cultura e a sociedade podem satisfazer seus impulsos, carecimentos e disposições elementares. Para Fichte, então, o erudito define-se como categoria distinta de pessoa, na medida em que seus conhecimentos passam a ser exigência da sociedade no duplo sentido: no sentido de conhecer as carências fundamentais que sua sociedade necessita para satisfazer visando o “aperfeiçoamento”; e no sentido de apresentar os “meios pelos quais [...] podem ser satisfeit[as]” (Fichte, 2014, p. 66) as carências e impulsos das sociedades humanas.

Na discussão sobre o erudito Fichte não oferece apenas uma definição formal do que ele vem a ser, como tentamos delinear acima. Em *O destino do erudito* além do aspecto formal: estão presentes os tipos de conhecimento que as pessoas distintas possuem para cumprir as exigências de satisfação das carências e disposições elementares com o objetivo do aperfeiçoamento das sociedades. Existem três tipos de saber que fundam os conhecimentos do erudito. O primeiro conhecimento diz respeito aos princípios filosóficos; o segundo tipo refere-se ao filosófico-histórico; e o terceiro tipo de conhecimento do erudito é o histórico (*Ibid.*, p. 67). O que vem a ser cada

um destes tipos de conhecimento? Para Fichte construir conhecimento erudito significa antes de qualquer coisa fundar estes mesmos conhecimentos nos “princípios puros da razão” (*Ibid.*); quer dizer, o erudito, é aquele que estrutura seu saber a partir de elementos apriorísticos da racionalidade humana. É que enquanto o conjunto dos indivíduos da sociedade não consegue acessar este plano satisfatoriamente, fazendo dos princípios da razão uma especulação — ora excessiva porque descontrolada, ora escassa porque por vezes desprezada como modo de saber —; o erudito parte dele com a máxima seriedade necessária. Com efeito, é no tipo de conhecimento dos princípios filosóficos, a razão pura humana, que o erudito estabelece os parâmetros lógicos, especulativos, compreensivos, explicativos e argumentativos do seu saber como homem distinto. Mas este conhecimento por si só tornar-se-ia inútil se ele não estivesse articulado à compreensão do “nível [...] da cultura [que] se encontra aquela sociedade de que [ele, o conhecimento] é membro num determinado momento” (*Ibid.*). O erudito define-se também por possuir um tipo de conhecimento na qual os princípios da razão pura ou filosófico articula-se com o conhecimento da experiência social e cultural do gênero humano num momento particular — e procura atribuir juízos valorativos e racionais a esta experiência. Este é o saber filosófico-histórico para Fichte: fundamental na definição do erudito. O homem que quer possuir o conhecimento necessário para fazer desenvolver sua sociedade, não deve desprezar a experiência passada como modo de conhecer em profundidade as carências e disposições elementares: para Fichte “investigar os acontecimentos do mundo passado [...] com um olhar apurado pela filosofia” (*Ibid.*) é um dos aspectos constitutivos do erudito. E por último para as sociedades que querem satisfazer seus impulsos e disposições elementares para se desenvolver em sua plenitude o conhecimento histórico (bruto) é imprescindível. Ora, do que expusemos até este momento, o erudito como conceito é o mestre e educador da humanidade (*Ibid.*, p. 74-75); de modo que “de todos os trabalhos do erudito na sociedade, é o enobrecimento moral do homem inteiro” (*Ibid.*, p. 75) que o define com mais sentido — e substância. Voltaremos a este último ponto mais à frente.

II

Para os objetivos deste escrito convém traçarmos a gênese histórica da categoria do erudito, tal como a definimos a partir de Fichte. Ou seja: interessa no contexto de problematizações em que este ensaio se insere perscrutarmos a genealogia do conceito de erudito sintetizado na definição fichteana.

É indissociável da figura e definição do erudito de Fichte o espaço universitário. Assim; o erudito tem seu *locus* de atuação as universidades: portanto, é no terreno

rigoroso, sofisticado científico e crítico do debate acadêmico que o indivíduo erudito exerce seus afazeres. Dessa forma, pode-se dizer que o homem fichteano do saber teve gênese nos séculos doze e treze: quando as universidades floresceram em Paris, Oxford e Bolonha (Kenny e Pinborg, 1982, p. 12). Importa expormos, mesmo que brevemente, como ocorria a organização formal do ensino do erudito de quando se iniciou suas atividades de conhecimento e pesquisa (na filosofia, no filosófico-histórico e no filosófico). Em termos geográficos e históricos as universidades (escolas) dividiam-se por áreas específicas de estudo, ensino e pesquisa. Assim é que Paris é o centro de ensino da lógica e da teologia; enquanto que Bolonha era o *locus* acadêmico dos estudos de direito civil e canônico. No geral, entretanto, a faculdade basilar era a de Artes. Que compreendia o ensino de gramática, lógica e de boa parte da filosofia aristotélica (*Ibid.*, p. 13-14). Neste contexto os estudos de direito e teologia possuíam certo caráter distintivo: pois são nestas áreas específicas que se encontravam os estudantes e pesquisadores mais maduros e cultos (*Ibid.*).

Concernente à prática de ensino dos eruditos em sua gênese histórica no medievo, ele era fundamentalmente um ensino oral. Com efeito, foi através de debates e discussões orais que aconteciam as trocas de ideias entre os eruditos, e de como estes transmitiam seu saber (métodos, teorias, hipóteses de trabalho, resultados das investigações) para a universidade e a comunidade na qual estava inserido. O conhecimento dos eruditos nas universidades medievais dispunha de duas outras modalidades de organização e divulgação prática: a “*praelectio* (palavra que o alemão traduziu por *vorlesung* e que transparece no inglês *lecture*) e as *disputatiões*” (Correia, 1941, p. 22). Disto se segue que a tarefa dos eruditos na Paris, na Bolonha e na Oxford do medievo era lecionar, pregar e disputar questões complexas envolvendo o sentido dos textos (Kenny e Pinborg, 1982, p. 25) e qual experiência humana eles portam. As disputas eruditas com maior excelência ocorriam na teologia, no direito canônico em torno dos textos aristotélicos, das artes e da matemática. Esta constelação de práticas destes distintos homens do saber científico transcorria na mais livre independente e desinteressada atividade de pesquisa, conhecimento e divulgação. Com efeito, “a universidade [no século XIII] se governava por si mesma, ela própria transforma e melhora os seus estatutos, segundo suas necessidades” (Correia, 1941, p. 18) e da comunidade em que está inserida. Ora, isto ocorreu porque em seu início no medievo (e por muito tempo, até meados do século XX) o erudito e seu *locus* de atuação tinham por destino o desenvolvimento político-cultural (Oliveira, 2007, p. 124-125) das sociedades humanas. Na formulação de Henrique Lima Vaz os eruditos e seu *locus* objetivavam a “evolução histórica da cultura ocidental” (Vaz, 1966-1972, p. 10).

III

Não é nossa intenção neste escrito apresentarmos uma história intelectual das universidades e dos eruditos. O que queremos é, isto sim, ilustrarmos com conteúdos históricos e culturais o aparecimento da figura fichteana do saber distintivo e seus *locus* de atuação. Essa exposição nos auxilia na conformação das linhas de sustentação de nossa argumentação sobre o papel do erudito nas sociedades humanas a partir da interpretação de Fichte. Digo isto para, justamente, avançarmos alguns séculos e adentrarmos no contexto em que os eruditos perdem significado enquanto indivíduos distintos, sem deixarem de serem fundamentais na evolução cultural das sociedades — nos termos de Fichte sem deixarem de serem os conhecedores das carências, impulsos necessários e disposições básicas dos indivíduos e dos grupos sociais para o desenvolvimento cultural e aprimoramento civilizatório; assim como conhecem ou ao menos indicam os meios para realizar aquelas exigências. Este passo é importante tendo em vista os objetivos deste ensaio. No próximo ponto quando retomarmos mais direta e substantivamente o texto *O destino do erudito*, talvez fique mais claro esta questão. Por agora, vejamos, o que ocorre — no sentido da erudição, do saber, da cultura acadêmica e universitária do período do medievo que vimos há pouco, ao significado moderno e contemporâneo da atividade do erudito em lugar de existência. Para isto gostaria de estudar um conjunto de textos articulados por um eixo teórico-conceitual. Este eixo constitui-se a partir da intervenção no debate atual sobre a universidade da teórica política norte-americana Wendy Brown e que será explicitado ao longo dessa parte do presente texto.

Em nossa leitura do erudito a partir do ensaio de Fichte ele aparece substantiva e historicamente como um crítico dos problemas sociais e humanos que se vale do seu conhecimento científico e amplitude teórica de preocupações. Ou seja: o erudito de Fichte é o homem de ciência que põe sua pesquisa (e o conjunto de problematizações e hipóteses de trabalho que ela envolve) não a serviço da sociedade, mas, isto sim, como uma lente ampliada e inquieta sobre a humanidade e as questões que mais a afligem, sobretudo naqueles grupos humanos que mais estão afastados do *locus* dos eruditos. Ocorre que o novo estatuto das universidades e a modificação no sentido da ciência (e da pesquisa) impactaram a posição do erudito — como uma espécie de funcionário exuberante da humanidade. O movimento de modernização das universidades no século XIX, e, fundamentalmente, no final do século XX e início do XXI é o responsável pelas alterações no exercício das atividades do erudito. O processo de modernização dos centros avançados de cultura científica; em outras palavras o surgimento e consolidação da universidade moderna, estão localizados no contexto de formação dos Estados-nacionais modernos. Dessa forma, há uma “relação íntima entre [o] Estado-nação moderno e [a] universidade moderna”

(Groppo, 2011, p. 40). Ora, se no cenário anterior do medievo a universidade era o *locus* do erudito como espaço em que exercitava suas lentes ampliadas sobre os problemas mais complexos da humanidade: agora, o erudito se vê diante da restrição da sua atividade de pesquisa decorrente das necessidades e exigências de construção do Estado-nação moderno. Que além de sua própria configuração institucional, administrativa, moral e política, tinha que resguardar os elementos constitutivos da sociedade industrial — já que essa aparecia naquele momento como sociedade nacional (*Ibid.*). O erudito passa, assim, a restringir seu conhecimento, bem como as soluções para atender as carências humanas. Pois se anteriormente os indivíduos distintivos fichteanos apresentavam-se como aqueles que possuíam conhecimentos científicos para a “evolução histórica da cultura”, ou seja, tinha como fundamento de (sua) existência a melhora da humanidade como um todo — agora ele torna-se, relativamente, funcionalizado pelas exigências e necessidades do Estado-nação e das sociedades industriais. Ainda assim, ao erudito — malgrado este novo cenário histórico e social — é destinado o espaço da cultura crítica e da busca para que o conhecimento (o seu conhecimento...) tenha como horizonte as soluções das carências mais significativas dos homens.

No decurso do século XIX para o século XX, e, sobretudo na segunda metade desse, o *locus* por excelência do erudito intensificou seu caráter funcional. Uma vez que a conformação do Estado-nacional e da sua interação com a sociedade moderna e industrial tornava-se mais complexa, mais a universidade adquiria aspectos permanentes funcionalistas. De modo que essa “concepção [...] via outros propósitos para a universidade e outra forma de vinculá-la à sociedade e ao governo” (Pereira, 2009, p. 32). A consequência dessa instrumentalização da universidade é a paulatina perda de autonomia (*Ibid.*) enquanto instituição de cultura, pensamento crítico, ciência contestatória e produção “racional” de conhecimento para a resolução das carências humanas. Com esse cenário, os eruditos passam a ter posições ambíguas, pode-se dizer mesmo que eles se transformam em homens de conflito com seu ethos. Ora, ocorre como que uma “fratura do ethos” (Domingues, 2011, p. 473) do erudito. Mas esse ainda se apresenta, tendo em vista a definição de Fichte, como o indivíduo (mulher ou homem) portador da cultura científica necessária para se pensar as soluções das necessidades e carências da humanidade; o que significa dizer que ao erudito cabe ainda o destino de tonar melhor a existência humana. Ao mesmo tempo quanto mais as noções e práticas de instrumentalização e funcionalização da universidade vão ocorrendo mais o erudito aparece na cena pública como o pesquisador e sua expertise (*Ibid.*) — em sentido técnico e negativo. O resultado é a especialização pragmática de certos momentos da atividade científica e cultural do erudito.

No fim do século XX e nos primeiros anos do século XXI a situação das universidades, o *locus* do erudito, torna-se cada vez mais precária. Com efeito, ao movimento de funcionalização do conhecimento surgido em meados do século XIX e consolidado ao longo do XX, dado a circunstância de aparecimento do Estado-nação e a da moderna sociedade industrial, sobrepõe-se decisivamente a neoliberalização do conhecimento. Dessa forma, não se trata simplesmente de que o conhecimento nas universidades e aqueles que a praticam fazem uma defesa direta dos elementos constitutivos do neoliberalismo, ou mesmo são apropriados por ele funcionalmente; o que está ocorrendo, e que é muito grave, é uma forma racionalizada tipicamente neoliberal (Brown, 2011, p. 118) de organização da vida nas universidades e daqueles que aí tem seu *locus* fundamental. Assim, neste novo momento político, econômico e cultural baseado na mercadorização da existência dois fenômenos passam a vigorar no lugar de atuação do erudito: 1) o conhecimento passa a ser precificado, adquirindo validade apenas aqueles que atendem às necessidades instrumentais da sociedade, entendendo essa como organização de consumidores; 2) e aqueles que portam o conhecimento racionalizado neoliberal passam a ter uma conduta empresarial (os empresários de si, de sua agenda de pesquisa e de seu investimento pragmático na carreira). O efeito trágico — é que o conhecimento como bem comum e como ethos público perde significativamente o interesse (*Ibid.*, p. 119). Devemos estar atentos, de acordo com Wendy Brown, para o fato funesto que a educação superior (as universidades, a cultura científica, o conhecimento crítico, a busca para a melhora do ser humano) esteja sendo transformada em jogo econômico que objetiva tornar seus praticantes em empresários de si mesmos — e de certos interesses sociais (*Ibid.*, p. 123). A neoliberalização do conhecimento científico e da universidade nas palavras da autora não é unicamente “*a question of who pays for instruction (states, donors, or students), or for research (the public, government, or corporations), but of the values and principles, organising content, priorities, and assessments*” (*Ibid.*).

No plano prático e efetivo deste cenário sombrio do *locus* do erudito a dinâmica se dá de modos bastante específicos. Vejamos alguns desses apenas para exemplificar nossas afirmações. Nossos exemplos naturalmente referem-se ao panorama brasileiro. O erudito hoje no Brasil é submetido a um inflexível sistema de avaliação. Desde 1998 vigora nas universidades públicas (e as particulares de excelência como as PUC's e as FGV's) um sistema de avaliação organizado em torno do tripé produtividade–número de publicações–financiamento público da universidade. Vale dizer, desde 1998 “estreitaram-se os laços entre avaliação e fomento” (Arruda, 2000, p. 225) público no ensino superior. Com efeito, a medida da produtividade é dada pelo número de publicações, artigos, que o especialista de determinada área pública dentro de um espaço de tempo limitado e sugestivamente “estipulado” pelo próprio

sistema de avaliação. Em outras palavras, é como se o número de “publicações [traduzisse] verdadeiramente nosso trabalho [...]” (Chauí, 1989, p. 69) de erudito. Ora, esse sistema de avaliação não significa simplesmente que as universidades que forem melhor avaliadas através da produção quantitativa de seus pesquisadores terão condições de pleitear maiores recursos para a continuidade de suas pesquisas; significa, também e isto sim, a conformação de uma estrutura organizacional de vigilância e fiscalização (Amaral, 2005, p. 85) em que todo o sistema de ensino superior e de pesquisa acadêmica de excelência é submetido ao “controle da [...] racionalidade organizacional” (*Ibid.*). Assim, tem-se o surgimento da cultura acadêmica da competitividade: pois dado que os recursos do Estado são escassos, já que com a gestão da economia neoliberal o controle e o planejamento racional e eficiente das finanças públicas passam a ser preponderantes, a busca por subsídios transforma-se em acirrada disputa pela dotação orçamentária para o desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Este cenário é que faz com que os eruditos cultivem o produtivismo, fazedores de artigos para a mera quantificação da produção acadêmica.

Como a própria Wendy Brown demonstra em seu artigo, este contexto de produtivismo acadêmico resultado do conhecimento racionalizado não está dissociado da crise política por que passa as sociedades na contemporaneidade. Seria uma abordagem excessivamente demarcada se verificássemos a atual situação das universidades como um problema interno do sistema de ensino superior e dos seus agentes principais. O que narramos há pouco corresponde, fundamentalmente, a um cenário de crise política, sobretudo no Brasil atual. De modo que a imbricação da universidade e do conhecimento científico aí realizado com os valores empresariais e do mundo das finanças (Brown, 2011, p. 123), somente é possível em contextos na qual a política está, quase que completamente, cercada e tomada pela violência da semântica neoliberal. Dessa forma, se produz uma racionalidade política baseada nos critérios da produtividade e rentabilidade, ocasionando algo que está sendo dilacerante para a construção igualitária e livre das nossas sociedades; está se construindo a ideia (e a prática) de que todos são pessoas de negócios que devem se autogerir. Quer dizer, essa racionalidade política forma nos indivíduos a noção do homem *de e do* mercado que deve, moralmente, administrar sua vida a partir das normas econômicas de competição. Essa situação, já por si mesma de crise, agrava-se quando a semântica neoliberal intensifica-se. Com efeito, o agravamento da crise representada pela racionalidade e lógica neoliberal compromete perspectivas para o desenvolvimento e a solução coletiva das principais carências da sociedade; pois este cenário não é favorável nem à uma democracia humanizada — o fundamento mesmo de toda possibilidade de resolução das necessidades dos homens, sobretudo os mais fragilizados materialmente — nem à cultura crítica e erudita. Chegado a este ponto

então, qual o destino do erudito? Como o erudito pode reivindicar sua cultura científica e crítica diante de um contexto de crise política, social e econômica? O que pode o erudito quando essa situação se agrava e passa a modelar seu próprio *locus* de atuação que descrevemos há pouco? É possível apresentar elementos de princípio para se buscar solucionar ou ao menos atenuar os problemas de carência humana e social daqueles que mais necessitados e vulneráveis? Antes de buscarmos nossas respostas em Fichte e seu *O destino do erudito*, voltemo-nos mais uma vez para Wendy Brown. Ela nos dará alguns indícios interpretativos pelo que podemos responder àquelas indagações a partir das lições de Fichte.

A questão é que os eruditos, malgrado toda a cena angustiante de crise política e de mercadorização da universidade são ainda os portadores do conhecimento científico e do saber humanístico. Ora, ainda que a neoliberalização e o comportamento produtivista dentro das universidades seja um dos componentes da crise política e social que estamos atravessando e abale a prática cotidiana e os fundamentos da definição de erudito, esse sobrevive e resiste à canibalização da cultura acadêmica (Brown, 2011, p. 127). Os eruditos ainda resistem em suas atribuições de scholars e professores (*Ibid.*). E somente tal resistência do erudito tornara sua existência imprescindível no momento de crise política que estamos atravessando.

IV

Começamos este último ponto com uma questão. O que pode o erudito? A resposta de Fichte é que a atividade do erudito não está dissociada da vida de homens e mulheres em sociedade. Neste aspecto os portadores do conhecimento científico, do conhecimento humanístico e do conhecimento da cultura crítica são individualidades que se constituem no contexto de interação das sociedades humanas. Em vista disso é que o erudito poderá ser fundamental em circunstâncias de profunda crise política e social. Se verificarmos os posicionamentos de Fichte na Alemanha de fins do século XVIII e início do XIX iremos compreender com maior sentido o erudito como destinado a atuar na sociedade (o que é substantivamente diferente de produzir uma ciência instrumental para a sociedade, como o querem as agências de avaliação de pesquisa de modo a justificar a dotação de recursos públicos escassos, segundo eles).

O percurso de Fichte como filósofo está associado a alguns momentos da vida social e cultural da Alemanha de seu tempo. Dentre as várias questões que se discutiam ali, podemos destacar, nos limites do presente ensaio, a participação de Fichte na construção das universidades modernas alemãs, bem como na conformação social da filosofia e de um sistema de cultura público. Assim, ao escrever sobre os eruditos Fichte estava como que fazendo uma espécie de autobiografia intelectual.

A atuação dele nesses três cenários sociais demonstra sua concepção do erudito como personagem imprescindível em certos momentos da existência das sociedades.

Por exemplo, Fichte no projeto de construção das universidades alemãs entendia que o conhecimento não deveria jamais ser instrumento de individuação, ou seja, que o conhecimento produzido nas universidades tivesse como finalidade a formação da pessoa de saber fundamentalmente apartada da sociedade. Para ele o cientista que responde e justifica individual e separadamente o que está efetuando diante de órgãos de controle, fiscalização e suposto subsídio seria algo inconcebível. Desse modo, as universidades e seus membros deveriam basear suas atividades de estudo, ensino e pesquisa no ideal de perfeição humana: ao erudito caberia enquanto estatuto existencial trabalhar para a evolução de toda a sociedade. Pois ao mesmo tempo em que desenvolve suas disposições e talentos na vida universitária, o erudito se torna essencial na construção da sociedade na qual está inserido e na evolução humana como um todo (Piché, 2010, p. 375). O projeto pedagógico de Fichte para as universidades modernas na Alemanha objetivava, portanto, que todos os indivíduos que compunham a vida universitária e o cotidiano de ensino e pesquisa, sobretudo, professores e alunos, se esforçassem nas suas atividades de construção do conhecimento tendo no horizonte a coletividade humana. Libertar os homens e mulheres do sofrimento e das fragilidades da vida estava entre as tarefas mais significativas para o erudito de Fichte.

Além disso, as preocupações de Fichte acerca do caráter social das atividades do erudito demonstrava sua atenção para os modos pelos quais aquele transmitiria o seu saber. Sensível com a apreensão efetiva do conhecimento, bem como no convencimento dos que de alguma maneira recebem as realizações mais avançadas em termos de pesquisa, Fichte esteve atento às modalidades de divulgação do conhecimento elaborado pelo erudito. Ora, na medida em que o erudito tem na essência da sua atividade o “aprimoramento universal da sociedade” (Vaccari, 2015, p. 93) é imprescindível para ele “despertar” (*ibid.*) tanto quanto possível o sentimento e as paixões daqueles que o ouvem no que concerne ao sentido do saber científico e a relação que ele tem na evolução e aprimoramento da sociedade. De modo que não foi ocasional, ou mesmo por motivo de vaidade e egoísmo (que muitas vezes movem os indivíduos do saber nas universidades) que Fichte nas preleções sobre o destino do erudito para o público alemão tenha dado forma retórica ao conteúdo de suas concepções. Ao erudito, preocupado com a transmissão, apreensão e convencimento dos indivíduos e da sociedade no que diz respeito ao aperfeiçoamento humano e à diminuição progressiva do sofrimento dos mais fragilizados (os que apresentam maiores carências), a questão da “oratória e da eloquência” (*Ibid.*, p. 95) adquiriu posição crucial. E esta postura de Fichte esteve presente no debate filosófico-cultural

que ele travou com Schiller no contexto de publicações da revista *Die Horen*. Os dois pensadores alemães, dentro de seus respectivos princípios debatiam qual a melhor maneira de disseminação do conhecimento científico, filosófico e estético tendo em vista a configuração do sistema de cultura alemão — de sorte a que se alcance o aprimoramento do todo.

Dessa maneira, ao erudito cabe resistir àquelas situações políticas e sociais que ameacem efetivamente o aperfeiçoamento humano. Enquanto ser humano que se constitui essencialmente por intermédio da sociedade, o erudito na medida em que exerce suas atividades na busca do conhecimento filosófico, do conhecimento histórico e do conhecimento material da cultura tem como que obrigação moral apresentar à coletividade na qual atua, quais são os elementos fundamentais para que a sociedade se autoconheça e a partir daí tenha condições de atingir o ideal de felicidade. Em tempos de crise política ao resguardar seus cenários de atuação institucional, material e até espiritual, o erudito estará agindo como crítico dos sistemas sociais e econômicos que lançam os indivíduos mais frágeis em circunstâncias de desumanização. Assim, o signo pelo qual o erudito apresenta-se agindo no contexto das universidades é expresso pela seguinte formulação de Fichte: que a “felicidade e o desejo dela procedam originalmente da natureza ética [e moral] do homem. Não: — é bom o que torna feliz, e sim — só torna feliz o que é bom” (Fichte, 2014, p. 25). Discursando para uma grande plateia no auditório da *Universidade de Jena*, plateia que era composta por um número considerado de jovens, Fichte, assim, considera imprescindível aos seres humanos que possuem conhecimento distinto de outros a postura autônoma diante de configurações históricas e culturais assentadas na preconização do “desejo de felicidade [realizado]” como pressuposto para as ações morais. Não se trata aqui da convencional advertência para a postura ética dos detentores do saber científico, mas algo mais significativo; trata-se na concepção de Fichte da procura incessante pelo aperfeiçoamento infinito da humanidade. Agindo assim, tornando-se ética e moralmente melhor, o erudito “torna tudo ao seu redor sensivelmente melhor” (*Ibid.*, p. 27).

Uma das questões fundamentais neste ensaio que ora estou discutindo é a relação do erudito com a sociedade. Em termos mais formais é a interação do ser humano do saber e seu *locus* histórico-institucional de atuação com as questões mais complexas da vida da comunidade que é constitutivo das lições de Fichte sobre o erudito. Ele está a nos dizer com isso que o indivíduo de saber distinto somente “é um erudito [...] na medida em que é considerado na sociedade” (*Ibid.*, p. 47). Fichte não entendia sua atividade como algo que estivesse protegido por muros de conceitos e teorias das mais variadas, e que envolvesse a sociedade a partir estritamente dos seus interesses imediatos. Se “o homem nasce em sociedade” e unicamente nessa pode conseguir

seu aperfeiçoamento, pois quanto mais a sociedade é constitutivamente aprimorada mais será possível fruir as constelações espirituais, materiais e afetivas, então é dever do erudito se desejar ser reputado como tal, buscar agir para melhorar as condições de existência da sociedade. Pelo que, ele também irá melhorar sua condição cumprindo a destinação que as circunstâncias lhe ofereceram. Diz Fichte, o erudito,

E cada um tem o dever de não apenas querer ser útil em geral à sociedade, mas também de dirigir todos os seus esforços, o melhor que o saiba, para o fim último da sociedade, para enobrecer cada vez mais o gênero humano, isto é, torná-lo cada vez mais livres da coerção [...], cada vez mais independentes e auto-ativo — e assim, através dessa nova desigualdade, surge uma nova igualdade: um progresso uniforme da cultura [*Cultur*] em todos os indivíduos (Fichte, 2014, p. 57).

O que cabe, então, ao erudito em tempos de crise política? Como indivíduos com saber distinto da maioria dos seres humanos pode ao mesmo tempo resistir à degradação da sua atividade constitutiva e promover o aperfeiçoamento da sociedade? Os que tem seu *locus* de atuação nas instituições de ensino superior de excelência e de pesquisa avançada que tiveram sua gênese em Oxford, Bolonha e Paris no medievo possuem condições espirituais e materiais para agir diante de tempos de crise? O que podemos apreender a partir das concepções fichteanas acerca do destino do erudito?

Nos tempos sombrios de crise política, social e econômica os mais impactados são aqueles indivíduos que o desenvolvimento histórico por contradições inerentes os tornou fragilizados concernente ao progresso da cultura em sentido amplo. E essa circunstância de crise torna-se mais grave uma vez que os indivíduos fragilizados não possuem o saber necessário para conhecer os motivos dos carecimentos pelos quais é atingido. Com efeito, é o erudito que ao longo de sua formação adquiriu as disposições fundamentais para compreender e ensinar as origens das crises políticas que agravam os já complexos problemas de carência — que intensificam os processos sociais de fragilização. Enquanto parte da sociedade, parte da experiência constitutiva do todo da comunidade humana e habitando um cenário institucional que se faz presente nesta mesma comunidade, a saber, as universidades (novamente o *locus* de ação dos homens do saber científico), o erudito na medida em que presta louvor à sua atividade autônoma, ele está apresentando à própria sociedade a “ciência [como] ramo de formação humana” (Fichte, 2014, p. 70). Assim, o erudito deve ser convictamente resistente aos movimentos objetivos de controle social e avaliativo de suas ações, bem como do seu *locus* de atuação; a ele cabe isto sim “esforçar-se por levar adiante a ciência e, particularmente, a parte da ciência por ele escolhida” (*Ibid.*). E se ele como erudito “existe propriamente apenas pela sociedade e para a

sociedade” (*Ibid.*), o que é, essencialmente, diferente de prestar contas à lógica mercadológica das sociedades neoliberais atuais e a política orçamentária que as organizam, e quanto mais sua ciência compreender, ensinar e disseminar os motivos das carências humanas que em crises agudas dos sistemas políticos, sociais e econômicos tornam a situação dos mais fragilizados pela desigualdade contraditória do desenvolvimento histórico angustiante, mais ele cumprirá com a vocação que escolheu ou que circunstancialmente lhe foi destinada. Diz Fichte:

O fim último de cada homem singular, assim como o de toda a sociedade, e, portanto também o de todos os trabalhos do erudito na sociedade, é o enobrecimento moral do homem inteiro. É o dever do erudito erigir sempre este fim último e tê-lo diante dos olhos em tudo o que faz na sociedade. Mas ninguém pode trabalhar com felicidade no enobrecimento moral que não seja ele mesmo um homem bom. Não ensinamos apenas através de palavras; ensinamos também, de modo muito mais penetrante, através do nosso exemplo; e aquele que vive na sociedade lhe deve um bom exemplo, pois a força do exemplo surge apenas através da nossa vida na sociedade (Fichte, 2014, p. 75).

Ora, em tempos de crise política os fins últimos do erudito devem se tornar mais radicais, mais intransigentes, mais inegociáveis e mais humanamente resistentes. Se assim não for: não só as carências da sociedade e dos indivíduos mais fragilizados estarão prestes a cenas de desespero e angústias inimagináveis, mas o próprio erudito e seu *locus* de atuação e existência estarão próximos da situação pela qual nossa UERJ está passando. Fichte conclamava a seus pares e futuros pares a “Agir! Agir! É para isto que estamos aqui” (2014, p. 92).

Considerações Finais

Ao longo deste ensaio busquei refletir sobre como os eruditos, ou aqueles humanos distintos porque detentores da ciência, podem atuar em momentos de crise política. Para isso apresentei algumas especulações articulando o texto de Fichte *O destino do erudito* com o desenvolvimento histórico e cultural das universidades no ocidente desde sua origem no medievo até a consolidação porque passaram na modernidade, bem como busquei, também, discutir de modo articulado o atual cenário de gestão produtivista das universidades e da pesquisa (Wendy Brown) como uma das expressões da crise política por que passa as sociedades contemporâneas. Assim, foi possível verificar através de Fichte que a atividade dos eruditos não só integra a criação do conhecimento crítico e a produção de artefatos científicos concretos, como também, e, sobretudo, integra a procura por resolver os problemas de carência humana — na medida em que o próprio erudito se constitui enquanto tal no interior das sociedades humanas.

Sendo assim, àqueles que praticam a atividade tão nobre de ser um erudito não devem perder a dimensão na qual se encontram: a de que são de uma maneira ou de outra, consequência do desenvolvimento da sociedade, tal como Fichte compreendeu. E por isso resistir à crise política pela qual passa essa sociedade, e em particular aqueles setores dessa sociedade mais fragilizados pela existência e que necessitam que a ciência realizada pelo o erudito no seu *locus* de vida atenda suas carências, é crucial para a própria sobrevivência digna desses humanos distintos e, consequentemente, de toda a sociedade que está inserido e ao mesmo tempo é resultado dela. Que o texto de Fichte e o presente ensaio ensejem outras reflexões, debates e intervenções no momento angustiante por qual todos estamos passando.

Referências bibliográficas

- Amaral, N. C. (2005). “A Vinculação Avaliação/Financiamento na Educação Superior Brasileira”, *Impulso*, v. 16, pp. 81-91.
- Arruda, M. A. do N. (1999). “A Nova Política da Pós-Graduação no Brasil”, *Tempo Social*, v. 11, n. 2, pp. 219-229.
- Brown, W. (2011). “Neoliberalized Knowledge”, *History of the Present*, v. 1, n. 1, pp. 113-129.
- Chauí, M. (1989). “Produtividade e Humanidades”, *Tempo Social*, v. 1, n. 2, pp. 45-71.
- Correia, A. (1941). “A Universidade Medieval”, *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento*, n. 2, pp. 13-42.
- Domingues, I. (2011) “O Intelectual Público, a Ética Republicana e a Fratura do Êthos da Ciência”, *Scientiae Studia*, v. 9, n. 3, pp. 463-485.
- Fichte, J. G. (2014). *O Destino do Erudito*. Tradução de R. Barbosa. São Paulo: Hedra.
- Grosso, L. A. (2011). “Da Universidade Autônoma ao Ensino Superior Operacional: Considerações sobre a Crise da Universidade e a Crise do Estado Nacional”, *Avaliação*, v. 16, n. 1, pp. 37-55.
- Keenny, K e Pinborg, J. (1982). “Medieval Philosophical Literature”. In: *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy*, N. Kretzmann, et. al (ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliveira, T. (2007). “Origem e Memória das Universidades Medievais: a preservação de uma instituição educacional”, *Varia História*, v. 23, n. 37, pp. 113-119.
- Pereira, E. M. de A. (2009). “A Universidade da Modernidade nos Tempos Atuais”, *Avaliação*, v. 14, n. 1, pp. 29-52.
- Piché, C. (2010). “Fichte, Schleiermacher and W. von Humboldt on the Foundation of the University of Berlin”. In: *Fichte, German Idealism, and Early Romanticism*, D. Breazeale and T. Rockmore (ed.). Amsterdam - New York: Rodopi.

- Santos, L. R. (2002). “O Espírito da Letra: sobre o conflito entre Fichte e Schiller a respeito da linguagem da filosofia e da natureza do estético”, *Philosophica*, v. 19/20, pp. 87-114.
- Vaccari, U. R. (2015). “Os Deveres do Erudito: filosofia e oratória em Fichte”, *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 20, n. 2, pp. 87-103.
- Vaz, H. L. (1966-72) “Fisionomia do Século XIII”, *Kriterion*, v. 191, n. 66, pp. 1-30.